

7/5/44

Terceira condição da paz

Respeitada a dignidade da pessoa humana, defendida e assegurada a vida da Família com aquêl «espaço, luz e desafogo» de que nos falou Pio XII, para que a estrêla da paz nasça e se detenha sobre as Nações, ao Trabalho deve conceder-se, outra vez, diz a mensagem pontificia, o lugar que a Providência desde o principio lhe marcou.

O grande crime da economia capitalista — nascida e crescida sob a acção concertada do espirito judaico, da Reforma protestante e da tarefa laicizadora do Renascimento — foi precisamente o de ter apeado o Trabalho da sua original grandeza e independência, para o reduzir à condição degradante de servo indefeso da matéria. Já noutro lugar escrevemos que a questão social, no fundo e bem vistas as coisas, mais não era do que um grito de libertação do espirito, escravizado e algegado pela economia.

«O Trabalho possui uma dignidade inalienável, proclama o Pontífice, e ao mesmo tempo um nexo íntimo com o aperfeiçoamento da pessoa; nobre dignidade e prerrogativa que de modo nenhum o peso ou a fadiga podem envilecer».

Com esta solene afirmação, da dignidade inalienável do Trabalho, o Cristianismo, sob a alta orientação do seu chefe, inicia a marcha para o resgate do homem, proclamando assim a mais solene condenação dum regime económico e social, que o equiparou às máquinas, e o nivelou com qualquer mercadoria.

Se, desde Leão XIII, catolicismo e capitalismo jogaram os dados da irreconcilição, com o actual Pontífice a luta assumiu toda a sua grandeza, e não pode terminar sem a sujeição da matéria e do dinheiro ao império incontestável do espirito, isto é, sem a derrota definitiva do capitalismo materialista e pagão.

«Quem conhece as grandes encíclicas dos Nossos Predecessores — escreve a mensagem que temos vindo comentando — e as Nossas precedentes mensagens, não ignora que a Igreja não hesita em deduzir as consequências práticas que derivam da nobreza moral do trabalho, e em apoiá-las com toda a força da sua autoridade».

El, fazendo-o, apenas revive a doutrina do Seu fundador, que, no sermão da montanha, amaldiçoou a ânsia da riqueza e a sede do predomínio, bendizendo os pobres, os humildes, os perseguidos, os sedentos de justiça, os atribulados, os pacíficos, os misericordiosos, os limpos de coração — filhos de Deus, irmãos do próprio Cristo, que afirma considerar como feito a Si próprio o que de bem ou de mal, de respeito ou de humilhação houver sido feito ao mais pequeno dos seus irmãos. Foi, na verdade, de Cristo que nós aprendemos a respeitar e a amar em cada homem a imagem de Deus; que nós soube-mos ver a mesma igualdade de natureza e de dignidade em todos os homens, a qualquer povo, raça ou condição social que pertençam; que nós compreendemos, através da oficina de Nazaré, a imensa nobreza do mais humilde trabalho; que nós conhecemos a dignidade dos pobres e dos humildes, a inviolabilidade das consciências, a grandeza do destino e a independência de cada homem.

É de estas verdades adquiridas pela consciência dos povos, da pregação vinte vezes secular do Evangelho, que o Pontífice deduz, como sendo condição indispensável de paz, o reconhecimento prático das exigências sociais da inalienável nobreza do Trabalho.

«Essas exigências — escreve — compreendem, além dum salário justo, suficiente para as necessidades do trabalhador e da família, a conservação e o aperfeiçoamento de uma ordem social que torne possível uma segura, ainda que modesta, propriedade particular para todas as classes do povo, que favoreça uma formação superior para os filhos das classes operárias particularmente dotados de inteligência e boa vontade, e promova no bairro, na povoação, na provincia, na nação, o cuidado e a actividade prática do espirito social, que, mitigando os contrastes de interesse e de classe, tire aos operá-

rios o sentimento de segregação, com a experiência confortante de uma solidariedade genuinamente humana e cristãmente fraterna».

Guiados por esta luz que nos ensina o caminho da paz, no reconhecimento dos direitos de todo o que trabalha a tomar parte abundante na distribuição dos bens deste mundo, tomemos definitivamente a marcha para esse mundo novo de justiça e de fraternidade, na certeza de acender no coração dos homens a esperança numa vida melhor, e a fé nas possibilidades realizadoras da pessoa humana, dignificada e resgatada da escravatura brutal da máquina que o oiro divinizou.

Enquanto se não operar esse movimento de libertação, pelo reconhecimento dos direitos e da dignidade inalienável do Trabalho, não haverá para as Nações nenhuma esperança de duradoura paz — tal é a mensagem do Principe da Paz.

Felizmente que Portugal parece ter iniciado definitivamente essa marcha, a julgar pelas constantes medidas de protecção ao Trabalho, ultimamente tomadas. Mas neste movimento tem de tomar parte a Nação inteira, com todas as suas actuais forças criadoras, e não só o sector oficial a quem foi confiado o destino dos trabalhadores. A economia, principalmente, se não quere seguir a mesma sorte do mundo moderno que abriu definitiva falência, deve promover a sua própria reforma, começando por ver nos operários mais alguma coisa do que a força do trabalho que se mede com dinheiro. Se assim se fizer, poderemos conservar e manter a paz.

ABEL VARZIM